



FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO:	COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	
UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE: FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”		SIGLA: FADIR
CH TOTAL TEÓRICA: 30 hs	CH TOTAL PRÁTICA: xxx	CH TOTAL: 30 hs

OBJETIVOS

Tem-se como objetivo geral promover a reflexão crítico-filosófica da realidade globalizada, a qual cerca os alunos para os quais a disciplina será ministrada, no afã de levar aos acadêmicos as principais categorias jurídicas de Direito Internacional do Trabalho e sua problemática quanto à atuação dos principais institutos da matéria. Buscar-se-á o conhecimento das características do Direito Internacional Privado do Trabalho, com os contratos plurilocalizados na importação e exportação de mão-de-obra e as questões de jurisdição com leis incidentes e/ou mais benéficas; examinar o Direito Internacional Público do Trabalho, verdadeiro direito administrativo internacional, decorrente da OIT e, além disso, as questões atuais face às transformações geopolíticas e geoeconômicas. Pretende-se desenvolver as aulas com a abordagem dedutiva dos conteúdos insitos à disciplina proposta.

EMENTA

- 1- Conceito e objeto da disciplina.
- 2- Os direitos sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos.
- 3- Contratos plurilocalizados de transferência de mão-de-obra: leis de regência (qualificação e conexões prevalecentes) com aporte de Resoluções de entidades internacionais e Convenções.
- 4- Exceções à regra geral e as peculiaridades no direito pátrio.
- 5- Responsabilidade contratual e extracontratual do empregador no plano internacional.
- 6- Migrante e migração a trabalho: definições, características e direitos.
- 7- Experiências estrangeiras na política de migração de trabalhadores.
- 8- Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.
- 9- Inserção dos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro.
- 10- Tutela jurídico-trabalhista dos migrantes no Brasil.
- 11- Organização Internacional do Trabalho (OIT): origens, funcionamento, composição, representatividade e posições

atuais.

- 12- Sistemas de controle normativo da OIT.
- 13- Convenções e Protocolos de interesse do Brasil.
- 14- A incorporação das normas da OIT ao direito interno
- 15- Os limites da eficácia do direito internacional do trabalho

PROGRAMA

1. Conceito e objeto da disciplina

Denominação

Posição enciclopédica

Relação do Direito Internacional do Trabalho com outras searas do conhecimento jurídico

O sentido dos vocábulos globalização e mundialização

A abertura da sociedade internacional a outros sujeitos

Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Empresas multinacionais.

Sindicalismo no espaço global

2. Os direitos sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos

A tendência de universalização dos direitos humanos

Dimensões dos direitos humanos. Diferenças entre estes e os direitos fundamentais.

Direitos humanos sociotrabalhistas

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Tendências à universalização de direitos

3. Contratos plurilocalizados de transferência de mão-de-obra: leis de regência (qualificação e conexões prevalescentes) com aporte de Resoluções de entidades internacionais e Convenções

O trabalho transfronteiriço: normativas aplicáveis.

Trabalho do brasileiro no exterior: Lei n. 7.064/1982

Código de Bustamante e elementos de conexão

O cancelamento da Súmula 207 do Tribunal Superior do Trabalho.

Disposições específicas da Lei n. 7.064/1982

Impactos das transferências no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

As diversas “localidades” de um contrato de trabalho: teoria do conglobamento

Lei n. 6.815/1980 – Estatuto do estrangeiro. Requisitos para o trabalho no Brasil.

4. Exceções à regra geral e as peculiaridades no direito pátrio

Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e membros de suas famílias

Reforma da Lei n. 6.815/1980 e integração da Lei n. 7.064/1982

Trabalho nos países integrantes do MERCOSUL

Acesso ao trabalho decente, com ou sem vínculo empregatício. O papel do Brasil.

Processo de cooperação entre países

Empresas transnacionais, sindicatos transnacionais?

5. Responsabilidade contratual e extracontratual do empregador no plano internacional

O meio ambiente do trabalho como direito humano

Responsabilidade do empregador por acidentes do trabalho: subjetiva e objetiva

Tendência mundial em tomar a responsabilidade objetiva do empregador como regra em questões relacionadas aos acidentes do trabalho

Por uma nova concepção de responsabilidade civil: a responsabilidade pressuposta

6. Migrante e migração a trabalho: definições, características e direitos

Órgãos e competências

Concessão de visto

Conselho Nacional de Imigração e autorizações de trabalho

7. Experiências estrangeiras na política de migração de trabalhadores

União Europeia

Carta de direitos fundamentais da União Europeia

A condição de cidadão europeu como fator de igualdade. Circulação de pessoas na União Europeia

NAFTA (North American Free Trade Agreement)

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)

Diferenças entre a política de proteção ao trabalho na União Europeia e aquelas existentes no MERCOSUL e NAFTA

8. Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro

Trabalho com vínculo empregatício.

Restrições ao exercício de profissão liberal e revalidação de diplomas: advocacia, engenharia e medicina.

Treinamento sem vínculo empregatício.

Intercâmbio profissional

Eventos esportivos

Assistência técnica.

Trabalho a bordo de embarcação ou plataforma.

Representação de instituição financeira.

Administrador com ou sem vínculo empregatício.

9. Inserção dos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro

Proteção ao mercado de trabalho nacional

A inconstitucionalidade da “nacionalização do trabalho”

Migrações intraempresariais

Lei de regência do contrato

Grupo econômico e unicidade contratual

Alterações contratuais

Migrantes de baixa qualificação

Migrantes qualificados

10. Tutela jurídico-trabalhista dos migrantes no Brasil

Tratados e Convenções Internacionais sobre direito do trabalho

Incorporação das normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro

Hierarquia das normas internacionais no direito brasileiro

Normas internacionais sobre direitos humanos: impacto trabalhista

A possibilidade de incorporação das normas internacionais com força de Emenda Constitucional

Tentativa de unificação das normas trabalhistas no mundo

11. Organização Internacional do Trabalho (OIT): origens, funcionamento, composição, representatividade e posições atuais

Surgimento da OIT

Fundamentos e objetivos

A Constituição da OIT e seus princípios

O tripartismo como base institucional

12. Sistemas de controle da OIT

Organismos que compõem a OIT: Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Escritório Internacional do Trabalho

Estrutura normativa da OIT: Convenções, Recomendações e Resoluções. Distinção entre diplomas normativos.

O sistema de controle normativo regular da OIT: Comissão de Peritos e Comissão de Aplicações de Normas da Conferência

Sistema de controle provocado: Reclamação e Queixa ante a OIT

Sistemas especiais de controle para a defesa da liberdade sindical

13. Convenções e Protocolos de interesse do Brasil

Convenções Internacionais do Trabalho sobre proteção ao emprego (Convenções 118, 122 e 158 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre greve (Convenção 151 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre salário (Convenção 173 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre discriminação (Convenções 100, 111 e 159 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre menores (Convenção 182 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre licença remuneratória (Convenção 140 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre saúde e segurança (Convenções 115, 155 e 187 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre repouso (Convenção 132 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre trabalho forçado (Convenções 29 e 105 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre trabalhadores migrantes (Convenção 97 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre trabalho em domicílio (Convenções 177 e 189 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre trabalhadores indígenas (Convenção 169 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre a Administração Pública (Convenção 94 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre sindicalização e representação (Convenções 87, 98 e 154 da OIT)

14. A incorporação das normas da OIT ao direito interno

As obrigações dos Estados-membros após adotada uma Convenção pela Conferência Internacional do Trabalho

O ato jurídico complexo pelo qual se ratifica uma Convenção da OIT

Posicionamento do STF acerca da obrigatoriedade de cumprimento, no Brasil, de Convenções da OIT internalizadas

A Convenção da OIT após a EC 45/04: direito do trabalho e direitos humanos

Solução de conflitos entre legislação interna em conflito com Convenção da OIT

Conteúdo.

Aplicação e interpretação.

15. Os limites da eficácia do direito internacional do trabalho

O impacto das normas internacionais do trabalho e dos sistemas de controle da OIT: limitações.

Obstáculos ao Direito Internacional do Trabalho

A soberania. O *jus cogens*.

Propostas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; CESAR VILLATORE, Marco Antônio. **Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho**: um debate atual. São Paulo: Atlas, 2015.

COLNAGO, Lorena de Mello Rezende; ZANOTELLI DE ALVARENGA, Rúbia (orgs.). **Direito Internacional do**

Trabalho e As Convenções Internacionais da OIT Comentadas. São Paulo: LTr, 2014.

CRIVELLI, Ericson. **Direito internacional do trabalho contemporâneo.** São Paulo: LTr, 2010.

GUNTHER, Luiz Eduardo. **A OIT e o Direito do Trabalho no Brasil.** Curitiba: Juruá, 2011.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso Básico de Direito Internacional Público e Privado do Trabalho.** 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

NICOLADELI, Sandro Lunard; PASSOS, André Franco de Oliveira; FRIEDRICH, Tayana Scheila. **O direito coletivo, a liberdade sindical e as normas internacionais.** 2 v. São Paulo: LTr, 2013.

RODRIGUES JÚNIOR, Edson Beas (org.). **Convenções da OIT e Outros Instrumentos de Direito Internacional Público e Privado Relevantes ao Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2015.

SILVA, Cláudio Santos da. **Liberdade sindical no direito internacional do trabalho:** reflexões orientadas pela Convenção 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011.

VILLAVICENCIO RÍOS, Alfredo. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT.** São Paulo: LTr, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, Nádía de. **Direito internacional privado:** teoria e prática brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Direito das Organizações Internacionais.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

_____. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos.** 3 v. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado:** parte geral. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: EDUnesp, 2005.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Inmigración y Derechos Humanos:** un análisis crítico del caso brasileño. Curitiba: Juruá, 2013.

PAIVA, Ana Lúcia Pinke Ribeiro de. **Contrato Internacional de Trabalho:** transferência de empregados. São Paulo: Saraiva, 2010.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público:** curso elementar. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Cláudio Santos da. **A liberdade sindical no direito internacional do trabalho:** reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011.

APROVAÇÃO

____ / ____ / ____

Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

____ / ____ / ____

Carimbo e assinatura do Diretor da
Unidade Acadêmica
(que oferece o componente curricular)

6 de 6